

CI-CPRI



Política e Sociedade – 3 Pontos em Análise

1. Diálogo promove a harmonia social

Os indivíduos costumam projetar *em espelho* as suas emoções; partem do suposto que terceiros sabem o que eles pensam, sentem e fazem; amam e gritam aquando frustrados com a falta de reconhecimento ou respeito que obtêm dos outros. Mas alguns destes problemas podiam ser evitados com base no diálogo não violento, baseado na inteligência emocional e na reciprocidade positiva, admitindo que diferenças de língua, linguagem ou perceção, podem gerar mal-entendidos, mas que estes se esclarecem com paciência e boa vontade. Portanto, deve-se comunicar melhor em contexto pessoal e profissional.

2. Cidadãos e Políticos

Os cidadãos são políticos. O que quer isto dizer? Nem todos os residentes da cidade (polis) possuem o estatuto de cidadão (se nela estiverem ilegais, por exemplo) ou estão plenamente informados sobre os seus direitos e deveres. Mas num Estado de Direito Democrático a cidadania tem de ser ativa e madura para que o sistema seja saudável e satisfaça as necessidades dos seus eleitores; e os designados para cargos públicos devem cumprir com as suas responsabilidades e, tanto quanto possível, executar o programa de governo se desejarem ser reeleitos e não serem castigados por conduta indevida.

3. Homem Bom ou Bom Selvagem

Proponho duas perspetivas: a religiosa e a Darwiniana. Na primeira os seres humanos foram criados por Deus à sua semelhança e são naturalmente bons. Na segunda, os indivíduos são animais sofisticados que sobrevivem num ecossistema em que vigora a lei do mais forte.

Se o humano vive fora do paraíso, a sociedade pode corrompê-lo, sendo assim, quantos mais anos ele vive em contacto com outros indivíduos imperfeitos e sob as suas regras, mais se afasta da sua verdadeira natureza. Pelo contrário, se o bebé é um animal, cresce para ser bicho-de-mato se não for bem-educado pelos pais, cabalmente instruído na escola e regulado ao longo da vida pelas leis da cidade.

A direita prefere um Estado pequeno que interfira o menos possível na liberdade pessoal. Os concidadãos são, na sua maioria, bem-comportados e autónomos, pelo que ao Estado compete apenas regular o sistema, protegendo-o de ameaças externas (importância do exercito contra o invasor) ou internas (polícia contra os criminosos), razão pela qual o poder coercivo é mais forte e menos compreensivo. O código de leis é generalista e igual para todos. Os impostos são baixos. O modelo social é rede de proteção para os mais carenciados. A maioria não depende do Estado e tenta viver do seu trabalho, de rendimentos próprios. As empresas competem entre si num mercado livre mas regulado, criam emprego (mais do que o Estado) e assumem deveres de responsabilidade civil. Os direitos/deveres cívicos são ensinados no seio das famílias, nos centros religiosos e nas

associações privadas que prestam apoio comunitário, que se autorregulam e se apoiam mutuamente. A comunidade é patriótica e conservadora nos costumes para que os equilíbrios sociais se mantenham.

A esquerda prefere um Estado amplo que interfira de forma significativa na economia e na vida quotidiana, razão pela qual recolhe mais impostos, para financiar o sistema que tem montado. O objetivo é ajudar os agentes individuais e coletivos a adaptarem-se à sociedade idealizada pelo programa político que venceu as eleições (visão de curto prazo) ou pelo pacto social em vigor (longo prazo). Há leis gerais e específicas (chegam ao ponto de regular o peso das mochilas dos alunos, por exemplo). A comunidade é progressista nos costumes e aberta ao mundo. Como a sociedade lida com animais domesticados, é tendencialmente tolerante em relação aos seus comportamentos, excessos e rebeldias. As associações da sociedade civil cooperaram menos e rivalizam mais, e são subsidiadas pelo Estado para fazerem o que devem e não apenas o que querem. Admite-se que a prisão não é local para punir criminosos, mas para ensinar o infratores a integrarem-se melhor em sociedade. O emprego gera ansiedade e ataques de pânico porque confina trabalhadores a pequenos espaços apinhados de gente, que nem sempre conseguem gerir os seus instintos primários, etc. No geral, o Estado responsabiliza-se pelos seus cidadãos, emprega o maior número deles e encarrega-se de lhes transmitir regularmente o significado e a importância dos direitos/deveres cívicos.

4. Conclusão

Não há sistemas perfeitos, todos têm prós e contras. Nem todos concordarão com as teorias apresentadas, são apenas opiniões. O que importa é que o texto ajude a esclarecer dúvidas e, em última análise, incentive as pessoas a pensarem pela sua própria cabeça e a emitirem os seus pareceres técnicos sobre os temas em análise.